

Censo derruba mitos da educação

273
Professores da rede privada ganham menos do que os da pública. Mais de 60% dos educadores não têm curso superior

Quase metade dos professores da pré-escola e dos 1º e 2º graus no País, trabalha com um salário de, no máximo, R\$ 400,00, e quase um quarto do total ganha R\$ 250,00 ou menos. Chegam a 1,6 milhões os professores que atuam na educação básica no Brasil, mais de 60% deles com menos de 40 anos e, na maioria, sem curso superior. Esses dados, colhidos entre outubro e novembro de 1977, constam do primeiro Censo do Professor, divulgado ontem pelo Ministério da Educação. O censo orienta as políticas de formação de docentes do ministério.

Os professores da rede pública federal, uma minoria, ainda ganham os melhores salários do Brasil. Não é grande, porém, a diferença salarial entre os professores da rede pública estadual e os da rede particular. Segundo os dados do Censo, os professores da rede pública federal recebem, em média, R\$ 1.103,30 mensais; os docentes da rede particular, R\$ 595,30, os da rede pública estadual R\$ 515,50 e os da rede pública municipal, R\$ 292,70.

"Essa informação desmonta o mito bastante presente de que a rede privada paga

melhor que a pública", comemora Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). "É um dado surpreendente", acrescentou. A professora reconhece, entretanto, que a remuneração ainda guarda desproporções, principalmente entre as regiões.

Pelo Censo, os menores salários são pagos no Nordeste do País - R\$ 222,00, em média - e os melhores continuam sendo oferecidos na região sudeste: R\$ 617,70. "Esses dados reforçam as políticas do ministério de ter insistido quanto a impossibilidade do piso salarial unificado", argumentou a presidente do Inep. "É impossível ter um piso nacional, embora seja muito importante elevar os salários dos professores como um todo".

Para ela, as distorções salariais podem estar sendo corrigidas através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), cujo repasse de recursos teve início em janeiro passado. O fundo é composto por 15% da arrecadação de impostos do País - cerca de R\$ 13 bilhões neste ano - distribuídos entre os municípios de acordo com o número de alunos matriculados na rede pública estadual. Deste montante, 60% são destinados à política salarial.

"Mais do que nunca a educação pública poderá dar um salto de qualidade", garante a presidente do Inep, para quem o repasse deste dinheiro "deve gerar um impacto maior na massa salarial dos professores já neste ano". Em outubro, adiantou, ficará pronto o primeiro estudo



PARA MARIA HELENA Guimarães de Castro, o resultado do censo surpreendeu o Governo

encomendado pelo governo que vai analisar as consequências da implantação do Fundef na massa salarial dos professores de 2,2 mil municípios.

Segundo Maria Helena, o resultado do censo surpreendeu o governo, que esperava encontrar "apenas" 1,3 milhão de docentes. "O resultado pode ser ainda maior, já que os professores não são obrigados a responder ao Censo", emendou. Dos 1,6 milhão de professores em atividade, apenas 17,6% atuam na zona rural

e 50,5% estão na rede pública estadual. A grande maioria dos docentes, 85%, são mulheres. A maior parte dos professores brasileiros estão na região sudeste, 40,2%.

O levantamento divulgado ontem demonstrou ainda que apenas 7% do total de professores em exercício no País, o equivalente a 113,9 mil docentes, são "professores leigos", sem a qualificação mínima exigida pelo ministério da Educação. De acordo com o Censo dos Professores, 3,71% dos docentes tem o primeiro

grau incompleto; 3,33% o segundo grau completo. Um dado positivo é a existência de 12% de professores com cursos de aperfeiçoamento, mestrado ou doutorado, no grupo de 43,8% professores que completaram o ensino superior.

"Este problema pode ser solucionado a médio prazo, através de programas de formação especiais", informou a presidente do Inep. O maior contingente de professores sem qualificação está espalhado pelo Nordeste e Norte do País, 81%.

Brasil e França avaliam acordos

O ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, abriu ontem, em Brasília, as reuniões dos projetos Pró-Leitura e Pró-Matemática, que fazem parte do Acordo de Cooperação Educacional Brasil-França. O objetivo é fomentar um movimento de reformulação dos cursos de formação inicial e continuada, tendo em vista a elevação dos padrões culturais, dos conhecimentos técnico-pedagógicos e da qualificação profissional dos professores do ensino fundamental.

Paulo Renato disse que o MEC "tem procurado investir na cooperação internacional, efetivando ações, por exemplo, com a França, Inglaterra, Estados Unidos e com os países das Américas".

O ministro acrescentou que a ampliação da cooperação é muito importante para o País. "Nós temos acordos com a França na área de pós-graduação e nos últimos anos ampliamos essa cooperação também com o ensino fundamental, visando, principalmente, à melhoria da qualidade da Educação, por meio de uma melhor formação dos professores. Essas áreas são essenciais para a habilidade e desenvolvimento dos alunos".

O ministro conselheiro encarregado de Negócios da Embaixada da França, Patrick Nicoloso, elogiou a "vontade do governo brasileiro em acompanhar a redefinição educacional em todos os países democráticos do mundo, fortalecendo a troca de experiências e trazendo novo impulso para a política de intercâmbio".

A secretária de Educação Fundamental do MEC, Iara Prado, ressaltou a importância da avaliação dos dois projetos "principalmente porque está trazendo um fortalecimento na formação de nossos professores, melhorando a qualidade e ampliando a parceria com estados, municípios e universidades".

As reuniões dos dois projetos, realizadas anualmente, têm como objetivo neste ano reunir gestores participantes do Pró-Leitura e do Pró-Matemática para avaliar e redimensionar os projetos, além de apresentar e debater questões referentes à formação dos professores. Participam das reuniões todos os coordenadores estaduais, professores universitários, membros dos Comitês Assesores, consultores, dirigentes e técnicos do MEC.